

**FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
EDITAL FFLCH/FLH nº 011/2024**

**RETIFICAÇÃO**

Na publicação do D.O.E. de 28/12/2023, referente à abertura de inscrições do concurso público para títulos e provas visando o provimento de 01(um) cargo de Professor Doutor no Departamento de História, área de História Indígena, onde se lê: estarão abertas, pelo prazo de 50 (cinquenta) dias com início às 08 horas (horário de Brasília) do dia 08/01/2024 e término às 17 horas (horário de Brasília) do dia 26/02/2024, as inscrições ao concurso público”, leia-se: **“estarão abertas, pelo prazo de 64 (sessenta e quatro) dias com início às 08 horas (horário de Brasília) do dia 08/01/2024 e término às 17 horas (horário de Brasília) do dia 11/03/2024, as inscrições ao concurso público”**

**quinta-feira, 28 de dezembro de 2023 Diário Oficial Caderno Executivo - Seção III São Paulo, 133 (143) – 227**

**FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
EDITAL FFLCH/FLH nº 011/2024**

**ABERTURA DE INSCRIÇÕES AO CONCURSO PÚBLICO DE TÍTULOS E PROVAS VISANDO O PROVIMENTO DE 01 (UM) CARGO DE PROFESSOR DOUTOR NO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA, NA ÁREA DE HISTÓRIA INDÍGENA, DA FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.**

O Diretor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo torna público a todos os interessados que, de acordo com o decidido pela Congregação em sessão ordinária realizada em 21 de dezembro de 2023, estarão abertas, pelo prazo de 50 (cinquenta) dias com início às 08 horas (horário de Brasília) do dia 08/01/2024 e término às 17 horas (horário de Brasília) do dia 26/02/2024, as inscrições ao concurso público de títulos e provas para provimento de 01 (um) cargo de Professor Doutor, referência MS-3, em Regime de RDIDP (Regime de Dedicção Integral à Docência e Pesquisa), claro/cargo nº 1241931, com o salário de R\$ 14.761,10. (maio/2023), junto ao Departamento História, na área de História Indígena, nos termos do art. 125, parágrafo 1º, do Regimento Geral da USP, e o respectivo programa que segue:

- 1 – História indígena do/no Brasil: historiografia e fontes de pesquisa;
- 2 – Cosmologias e tradições indígenas de pensamento: as contribuições da Antropologia e das lideranças e pensadores indígenas brasileiros;
- 3 – Política indigenista e indigenismo na história do Brasil;
- 4 – Movimentos e lutas dos povos indígenas na história do Brasil;
- 5 – O ensino de história indígena na educação básica brasileira;
- 6 – O povoamento da América e a constituição da diversidade cultural e sociopolítica dos povos indígenas das Terras Baixas da América do Sul;

- 7 – História pré-colonial das Terras baixas da América do Sul: Amazônia e costa do Brasil;
- 8 – História pré-colonial das Terras baixas da América do Sul: Brasil central e sul da América do Sul;
- 9 – Os povos indígenas e o regime colonial na América portuguesa: Amazônia e costa do Brasil;
- 10 – Os povos indígenas e o regime colonial na América portuguesa: Brasil central e sul da América do Sul;
- 11 – Povos indígenas e sociedade nacional no Brasil império: relações, conflitos e lutas;
- 12 – Povos indígenas e sociedade nacional no Brasil república: relações, conflitos e lutas.

O concurso será regido pelos princípios constitucionais, notadamente o da impessoalidade, bem como pelo disposto no Estatuto e no Regimento Geral da Universidade de São Paulo e no Regimento da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

1. Os pedidos de inscrição deverão ser feitos, exclusivamente, por meio do *link* <https://uspdigital.usp.br/gr/admissao> no período acima indicado, devendo o candidato preencher os dados pessoais solicitados e anexar os seguintes documentos:

I – memorial circunstanciado e comprovação dos trabalhos publicados, das atividades realizadas pertinentes ao concurso e das demais informações que permitam avaliação de seus méritos, em formato digital;

II – prova de que é portador do título de Doutor outorgado pela USP, por ela reconhecido ou de validade nacional;

III – prova de quitação com o serviço militar para candidatos do sexo masculino;

IV – certidão de quitação eleitoral ou certidão circunstanciada emitidas pela Justiça Eleitoral há menos de 30 dias do início do período de inscrições;

V – documento de identidade oficial.

§ 1º - Elementos comprobatórios do memorial referido no inciso I, tais como maquetes, obras de arte ou outros materiais que não puderem ser digitalizados deverão ser apresentados até o último dia útil que antecede o início do concurso.

§ 2º - Não serão admitidos como comprovação dos itens constantes do memorial *links* de Dropbox ou Google Drive ou qualquer outro remetendo a página passível de alteração pelo próprio candidato.

§ 3º - Para fins do inciso II, não serão aceitas atas de defesa sem informação sobre homologação quando a concessão do título de Doutor depender dessa providência no âmbito da Instituição de Ensino emissora, ficando o candidato desde já ciente de que neste caso a ausência de comprovação sobre tal homologação implicará o indeferimento de sua inscrição.

§ 4º - Os docentes em exercício na USP serão dispensados das exigências referidas nos incisos III e IV, desde que tenham comprovado a devida quitação por ocasião de seu contrato inicial.

§ 5º - Os candidatos estrangeiros serão dispensados das exigências dos incisos III e IV, devendo comprovar que se encontram em situação regular no Brasil.

§ 6º - O candidato estrangeiro aprovado no concurso e indicado para o preenchimento do cargo só poderá tomar posse se apresentar visto temporário ou permanente que faculte o exercício de atividade remunerada no Brasil.

§ 7º - No ato da inscrição, os candidatos com deficiência deverão apresentar solicitação para que se providenciem as condições necessárias para a realização das provas.

§ 8º - É de integral responsabilidade do candidato a realização do *upload* de cada um de seus documentos no campo específico indicado pelo sistema constante do *link* <https://uspdigital.usp.br/gr/admissao>, ficando o candidato desde já ciente de que a realização de *upload* de documentos em ordem diversa da ali estabelecida implicará o indeferimento de sua inscrição.

§ 9º - É de integral responsabilidade do candidato a apresentação de seus documentos em sua inteireza (frente e verso) e em arquivo legível, ficando o candidato desde já ciente de que, se não sanar durante o prazo de inscrições eventual irregularidade de *upload* de documento incompleto ou ilegível, sua inscrição será indeferida.

§ 10 - Não será admitida a apresentação extemporânea de documentos pelo candidato, ainda que em grau de recurso.

§ 11 - No ato da inscrição, o candidato que se autodeclarar preto, pardo ou indígena manifestará seu interesse em participar da pontuação diferenciada prevista no item 11 e seus parágrafos deste Edital.

§ 12 - Para que faça jus à bonificação a candidatos autodeclarados pretos e pardos, o candidato deverá possuir traços fenotípicos que o caracterizem como negro, de cor preta ou parda.

§ 13 - A autodeclaração como preto ou pardo feita pelo candidato que manifestar seu interesse em participar da pontuação diferenciada será sujeita a confirmação por meio de banca de heteroidentificação.

§ 14 - Na hipótese de não confirmação da autodeclaração de pertença racial, o candidato será eliminado do concurso e, se houver sido nomeado, ficará sujeito à anulação da sua admissão ao serviço ou emprego público, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

§ 15 - Para confirmação da autodeclaração do candidato indígena será exigido, no ato da inscrição, o Registro Administrativo de Nascimento do Índio - Rani próprio ou, na ausência deste, o Registro Administrativo de Nascimento de Índio - Rani de um de seus genitores.

§ 16 – Situações excepcionais poderão ser avaliadas pelo Conselho de Inclusão e Pertencimento, que poderá admitir a confirmação da autodeclaração do candidato como indígena por meio de, cumulativamente, memorial e declaração de pertencimento étnico subscrita por caciques, tuxauas, lideranças indígenas de comunidades, associações e/ou organizações representativas dos povos indígenas das respectivas regiões, sob as penas da Lei.

§ 17 - As normas vigentes para apresentação dos documentos referentes à autodeclaração como preto, pardo e indígena, bem como para sua confirmação, estão disponíveis no site da Secretaria Geral da USP (<https://secretaria.webhostusp.sti.usp.br/?p=12343>).

§ 18 - Para fins do inciso III, serão aceitos os documentos listados no art. 209 do Decreto Federal nº 57.654/1966, ficando dispensados de fazê-lo os candidatos do sexo masculino que tiverem completado 45 (quarenta e cinco) anos até o dia 31 de dezembro do ano anterior ao período de abertura de inscrições.

2. As inscrições serão julgadas pela Congregação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, em seu aspecto formal, publicando-se a decisão em edital.

Parágrafo único – O concurso deverá realizar-se no prazo de trinta a cento e vinte dias, a contar da data da publicação no Diário Oficial do Estado da aprovação das inscrições, de acordo com o artigo 134, parágrafo único, do Regimento Geral da USP.

3. O concurso será realizado segundo critérios objetivos, em duas fases, por meio de atribuição de notas em provas, assim divididas:

1ª fase (eliminatória) – prova escrita – peso 1

2ª fase – I) julgamento do memorial com prova pública de arguição - peso 3

II) prova didática - peso 1

§ 1º - A convocação dos inscritos para a realização das provas será publicada no Diário Oficial do Estado.

§ 2º - Os candidatos que se apresentarem depois do horário estabelecido não poderão realizar as provas.

§ 3º - Na avaliação das provas pela comissão julgadora, será considerada a finalidade externada para a criação da vaga (concessão do claro docente) à qual se destina o presente concurso, disponível no anexo ao presente edital.

4. A prova escrita, que versará sobre assunto de ordem geral e doutrinária, será realizada de acordo com o disposto no art. 139, e seu parágrafo único, do Regimento Geral da USP.

I – a comissão organizará uma lista de dez pontos, com base no programa do concurso e dela dará conhecimento aos candidatos, 24 (vinte e quatro) horas antes do sorteio do ponto, sendo permitido exigir-se dos candidatos a realização de outras atividades nesse período;

II – o candidato poderá propor a substituição de pontos, imediatamente após tomar conhecimento de seus enunciados, se entender que não pertencem ao programa do concurso, cabendo à comissão julgadora decidir, de plano, sobre a procedência da alegação;

III – sorteado o ponto, inicia-se o prazo improrrogável de cinco horas de duração da prova;

IV – durante sessenta minutos, após o sorteio, será permitida a consulta a livros, periódicos e outros documentos bibliográficos;

V – as anotações efetuadas durante o período de consulta poderão ser utilizadas no decorrer da prova, devendo ser feitas em papel rubricado pela comissão e anexadas ao texto final;

VI - O candidato poderá utilizar o microcomputador para a realização da prova escrita, mediante solicitação por escrito à Comissão Julgadora, nos termos da

Circ.SG/Co/70, de 5/09/2001 e da portaria FFLCH nº 007/2022, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 02/07/2022.

VII – a prova, que será lida em sessão pública pelo candidato, deverá ser reproduzida em cópias que serão entregues aos membros da comissão julgadora, ao se abrir a sessão;

VIII – cada prova será avaliada, individualmente, pelos membros da comissão julgadora;

IX – serão considerados habilitados para a segunda fase os candidatos que obtiverem, da maioria dos membros da comissão julgadora, nota mínima sete;

X – a comissão julgadora apresentará, em sessão pública, as notas recebidas pelos candidatos.

5. Ao término da apreciação da prova escrita, cada candidato terá de cada examinador uma nota final, observada a eventual aplicação da pontuação diferenciada nos termos do item 11 deste Edital.

6. Participarão da segunda fase somente os candidatos aprovados na primeira fase.

7. O julgamento do memorial, expresso mediante nota global, incluindo arguição e avaliação, deverá refletir o mérito do candidato.

Parágrafo único – No julgamento do memorial, a comissão apreciará:

I – produção científica, literária, filosófica ou artística;

II – atividade didática universitária;

III – atividades relacionadas à prestação de serviços à comunidade;

IV – atividades profissionais ou outras, quando for o caso;

V - diplomas e outras dignidades universitárias.

8. A prova didática será pública, com a duração mínima de quarenta e máxima de sessenta minutos, e versará sobre o programa da área de conhecimento acima mencionada, nos termos do artigo 137 do Regimento Geral da USP.

I – a comissão julgadora, com base no programa do concurso, organizará uma lista de dez pontos, da qual os candidatos tomarão conhecimento imediatamente antes do sorteio do ponto;

II – o candidato poderá propor a substituição de pontos, imediatamente após tomar conhecimento de seus enunciados, se entender que não pertencem ao programa do concurso, cabendo à comissão julgadora decidir, de plano, sobre a procedência da alegação;

III - a realização da prova far-se-á 24 (vinte e quatro) horas após o sorteio do ponto as quais serão de livre disposição do candidato, não se exigindo dele nesse período a realização de outras atividades;

IV – o candidato poderá utilizar o material didático que julgar necessário;

V- se o número de candidatos o exigir, eles serão divididos em grupos de, no máximo, três, observada a ordem de inscrição, para fins de sorteio e realização da prova;

VI – quando atingido o 60º (sexagésimo) minuto de prova, a Comissão Julgadora deverá interromper o candidato;

VII – se a exposição do candidato encerrar-se aquém do 40º minuto de prova, deverão os examinadores conferir nota zero ao candidato na respectiva prova.

9. Ao término da apreciação das provas, cada candidato terá de cada examinador uma nota final que será a média ponderada das notas por ele conferidas nas duas fases, observados os pesos mencionados no item 3 e a eventual aplicação da pontuação diferenciada nos termos do item 11 deste edital.

10. As notas das provas poderão variar de zero a dez, com aproximação até a primeira casa decimal.

11. Aplicar-se-á pontuação diferenciada aos candidatos pretos, pardos e indígenas, nos termos ora especificados.

§ 1º - A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do concurso público é:

$$PD = (MCA - MCPPI) / MCPPI$$

Onde:

- PD é a pontuação diferenciada a ser acrescida às notas, em cada fase do concurso público, de todos os candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

- MCA é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram, excluindo-se os inabilitados, ou seja, os que não atingiram a pontuação mínima referida nos itens 4 e 13 do presente Edital. Entende-se por “ampla concorrência” todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas e aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

- MCPPI é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo-se os inabilitados.

§ 2º - A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do concurso público é:

$$NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI$$

Onde:

- NFCPPI é a nota final na fase do concurso público, após a aplicação da pontuação diferenciada e que gerará a classificação do candidato na etapa do concurso público, limitada à nota máxima prevista em edital. Ao término da fase de concurso público, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

- NSCPPI é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada.

§ 3º - Os cálculos a que se referem os §§ 1º e 2º deste item devem considerar duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

§ 4º - A pontuação diferenciada (PD) prevista neste item aplica-se a todos os beneficiários habilitados, ou seja, aos que tenham atingido o desempenho mínimo estabelecido no edital do certame, considerada, para este último fim, a nota simples.

§ 5º - Na inexistência de candidatos beneficiários da pontuação diferenciada entre os habilitados, não será calculada a pontuação diferenciada.

§ 6º - A pontuação diferenciada não será aplicada quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

12. O resultado do concurso será proclamado pela comissão julgadora imediatamente após seu término, em sessão pública.

13. Serão considerados habilitados os candidatos que obtiverem, da maioria dos examinadores, nota final mínima sete.

14. A indicação dos candidatos será feita por examinador, segundo as notas por ele conferidas.

15. Será proposto para nomeação o candidato que obtiver o maior número de indicações da comissão julgadora.

16. A posse do candidato indicado ficará sujeita à aprovação em exame médico realizado pelo Departamento de Perícias Médicas do Estado – DPME, nos termos do Artigo 47, VI, da Lei nº 10.261/68.

17. A nomeação do docente aprovado no concurso assim como as demais providências decorrentes serão regidas pelos termos da Resolução nº 7271 de 2016.

18. O docente em RDIDP deverá manter vínculo empregatício exclusivo com a USP, nos termos do artigo 197 do Regimento Geral da USP.

19. O concurso terá validade imediata e será proposto para nomeação somente o candidato indicado para o cargo posto em concurso.

20. O candidato será convocado para posse pelo Diário Oficial do Estado.

21. Maiores informações bem como as normas pertinentes ao concurso, encontram-se à disposição dos interessados no site <http://academica.fflch.usp.br/concursos/doutor/todos>, pelos telefones 11-3091-4590 e 3091-4621, ou por correio eletrônico ([apoioaca1fflch@usp.br](mailto:apoioaca1fflch@usp.br)).

## **ANEXO – concessão do claro docente - História Indígena**

Os principais objetivos de atuação do novo docente serão: contribuir com a formação dos estudantes dos cursos de bacharelado e de licenciatura em História e demais cursos de graduação da USP, seja ministrando disciplinas ou orientando atividades de iniciação científica e pesquisa; contribuir para a formação dos estudantes de pós-graduação da USP, seja ministrando disciplinas ou orientando pesquisas de mestrado e doutorado; elaborar projetos e desenvolver pesquisas científicas que resultem em publicações, participações em eventos científicos, inserções em grupos de estudos, tanto em nível nacional como internacional; contribuir com o estreitamento dos vínculos e diálogos entre a universidade pública e a sociedade envolvente por meio das atividades de cultura e extensão universitária, com foco também na colaboração ativa com grupos, lideranças e comunidades indígenas do país; participar da gestão da universidade por meio de suas instâncias administrativas e comissões, sejam do

Departamento de História, da FFLCH ou da USP, observando e cumprindo os princípios de economicidade, eficiência e transparência.

**Ensino:** Ministrando disciplinas de graduação em cada semestre letivo, seguindo a orientação da universidade em relação à carga horária exigida de cada docente e as orientações do Departamento de História em relação às necessidades específicas de cada semestre letivo; acolher e orientar estudantes de graduação com atividades de introdução à pesquisa e iniciação científica relativas à História indígena, seja por meio de orientações individuais ou de projetos voltados para a pesquisa na graduação; credenciar-se em programa de pós-graduação para orientar estudantes em nível de mestrado e doutorado e ministrar disciplinas de pós-graduação na área em questão, seguindo sempre a orientação da universidade em relação à carga horária exigida de cada docente.

**Pesquisa e inovação:** Elaborar projetos e desenvolver produção científica compatível com seus pares, atentando sempre para os debates atuais do campo do saber histórico e da área de História indígena; orientar estudantes em introdução à pesquisa, iniciação científica, mestrado e doutorado, além de supervisionar estágios de pós-doutorado, contribuindo para a formação científica dos estudantes de graduação e pós-graduação e para a interação entre esses distintos níveis acadêmicos; participar de bancas julgadoras de exames de qualificação e de defesa de dissertações ou teses, na USP e em outras universidades; participar de projetos e centros de estudos relacionados com História indígena, por meio dos quais poderá captar recursos que contribuam para financiar as atividades de pesquisa e a manutenção e ampliação da infraestrutura de pesquisa do Departamento de História e da FFLCH.

**Cultura e extensão:** Participar de bancas julgadoras de trabalhos de conclusão e de avaliação da carreira docente em diferentes níveis; organizar e participar de eventos, cursos ou outras atividades que almejem tanto a divulgação do conhecimento produzido na universidade como o fortalecimento dos diálogos entre a universidade e os saberes não acadêmicos, notadamente através do esforço dialógico e eticamente referenciado com as tradições indígenas de pensamento.

**Impacto esperado:** A área de estudos históricos dos povos indígenas é recente e se encontra em consolidação no Departamento de História (DH). No primeiro semestre de 2024 entrará em vigor o novo currículo do curso de bacharelado em História (curso 8031), no qual a disciplina História indígena passará a ser obrigatória. Desse modo, o principal impacto positivo e imediato da contratação de um/a docente para a área de História indígena será viabilizar a implementação imediata, integral e completa da reforma curricular, a qual, entre outras coisas, contribuirá para superar uma grave lacuna na formação que o DH oferece atualmente aos futuros historiadores e professores de História: o fato de vivermos em um continente habitado, originária e atualmente, por povos indígenas cuja história e cultura não têm sido adequadamente contempladas por nossas atividades de pesquisa e ensino.

Em curto e médio prazo, a contratação também irá ampliar o atual quadro de professores dessa especialidade que atuam na pós-graduação, particularmente no Programa de Pós-graduação em História Social (PPGHS). Esse impacto se dará tanto na oferta de disciplinas de pós-graduação como na orientação de estudantes, na participação de comissões julgadoras e nos processos seletivos dos novos estudantes da pós-graduação. Além disso, a contratação em RDIDP de um/a novo/a docente para a área de História indígena impactará positivamente também, em curto e médio prazo, a produção científica e acadêmica nas temáticas relativas à história dos povos indígenas, tanto do DH como do PPGHS.

Em sua ainda curta existência, a área de estudos de História indígena tem tido um intenso e incontornável diálogo com outras disciplinas das Ciências Humanas, especialmente com a Antropologia e a Arqueologia. Desse modo, outro impacto esperado em médio prazo com a contratação de um novo docente para História indígena é o fortalecimento dos debates e vínculos com o Departamento de Antropologia da FFLCH e com o Museu de Arqueologia e Etnologia.

Em longo prazo, espera-se também que o/a docente assuma posições de liderança no cenário acadêmico-científico e que possa estender sua atuação para além do DH e do PPGHS, gerando e participando de redes nacionais e internacionais de pesquisa, as quais, certamente, contribuirão para a inserção de suas atividades de pesquisa e ensino, em nosso país e no exterior. Ademais, uma urgente transformação que poderá ser impactada positivamente pelo fortalecimento da área de História indígena é o estreitamento das relações e diálogos entre pesquisadores acadêmicos e pensadores/as e intelectuais indígenas. Nas duas últimas décadas, essas relações têm se tornado mais robustas em outros departamentos da FFLCH, como no Departamento de Antropologia Social. Espera-se que a contratação de um novo docente contribua para que o mesmo ocorra no DH, pois o futuro da História indígena (*sobre os povos indígenas*) aponta para uma História indígena produzida em debate e diálogo com os próprios povos indígenas.

Certamente, todos esses impactos positivos esperados com a contratação de um/a novo/a docente fortalecem ações e medidas adotadas e praticadas nos últimos anos pela USP com relação à constituição de um corpo discente mais diverso em termos sociais e étnicos, tanto na graduação como na pós-graduação. Desse modo, o fortalecimento do ensino e da pesquisa na área de História indígena seria mais uma sinalização à sociedade e aos seus estudantes que nossa universidade está investindo e valorizando a história de populações e etnias tradicionalmente marginalizadas em nosso país, como são as comunidades e nações indígenas de nosso continente.

A história e cultura dos povos indígenas precisa ser objeto de mais atenção dos historiadores e professores de História formados na Universidade de São Paulo, instituição que é referência nacional e internacional na pesquisa e no ensino dessa disciplina. Várias razões fundamentam essa afirmação. Por exemplo, compreender as organizações sociopolíticas e as cosmologias dos povos indígenas pode ser um excelente caminho para nossos estudantes de História obterem uma formação mais interdisciplinar – aproximando-se da Antropologia e da Arqueologia – ou para entabularem contato com fontes históricas que ainda não lhes são muito familiares – como as fontes materiais e os textos que empregam sistemas de escritura distintos do alfabético. Quanto às potencialidades historiográficas, os estudos de história indígena realizados nas últimas décadas têm demonstrado, entre outras coisas, que o entendimento das particularidades das diversas sociedades ameríndias, de suas radicais transformações e de seus variados modos de contato com as sociedades ocidentais é imprescindível para a compreensão da constituição e funcionamento do mundo colonial como um todo, seja na América espanhola ou portuguesa. Os grupos ameríndios do período colonial, e também dos séculos XIX, XX e XXI, apesar da pressão demográfica resultante da persistência das dinâmicas históricas de violência, continuaram a ser populações relativamente numerosas, com patamares de crescimento populacional constante no Brasil a partir dos anos 1980, além de terem sido sujeitos de primeira ordem nas complexas e multifacetadas relações com os agentes da colonização e com a sociedade nacional. Sendo assim, estudar e compreender os projetos políticos e as atuações históricas particulares dos povos indígenas é absolutamente relevante para um entendimento historicamente mais equilibrado desses períodos históricos e de nosso presente.

Quanto às implicações pedagógicas e políticas, é imprescindível enfatizar que estamos nos referindo a populações e culturas vivas, numerosas, politicamente atuantes e em constante relação conosco – a sociedade nacional –, mas, frequentemente, em posições de desvantagem ou opressão política e econômica. E

diante dessa situação, politicamente violenta e grave, nosso curso de bacharelado e licenciatura em História não tem preparado seus egressos para lidar adequada e criticamente com a temática indígena, especialmente em relação aos povos ameríndios da região do Brasil, para a qual não contamos com nenhum professor-pesquisador especializado em nosso Departamento de História. Essa situação é agravada pelo fato de o material de apoio ao professor ou historiador brasileiro – presente nos grandes manuais de História, nos livros didáticos e paradidáticos e nas obras de divulgação científica – não ter, com raras exceções, absorvido as pesquisas e a literatura acadêmicas produzidas por especialistas brasileiros e estrangeiros nas últimas quatro ou cinco décadas. O resultado dessa situação é, entre outras coisas, uma avalanche de incorreções, preconceitos e estereótipos sobre os povos indígenas nesse tipo de material, que é difundido acriticamente entre estudantes universitários e do ensino médio e fundamental.

Sem uma formação adequada e específica em seu bacharelado e licenciatura, o/a estudante egresso dificilmente contribuirá para alterar esse panorama na pesquisa e no ensino de História em nosso país ou, de modo mais imediato, tampouco terá condições para lidar criticamente com o ensino da história indígena nos níveis fundamental e médio, para os quais vige, desde 10 de março de 2008, a Lei no. 11.645, determinando a obrigatoriedade da inclusão da temática “História e Cultura Afro-brasileira e Indígena” nos currículos da rede oficial de ensino – tarefa que, como sabemos, tem ficado a cargo dos professores de História na imensa maioria dos casos. Por todas essas razões, a Reforma Curricular do curso de bacharelado em História, que se encontra em fase de implementação, optou por incluir a disciplina de História Indígena no rol das disciplinas obrigatórias, o que requer, necessariamente, a ampliação da quantidade de docentes que ministram essa disciplina e realizam pesquisas e orientações nesta área do saber histórico.